

Episódios de uma Europa securitária – Portos marítimos, refugiados e territórios de espera no Mediterrâneo

***Episodes of a security Europe – Mediterranean seaports,
refugees and waiting territories***

João Luís J. Fernandes

<https://orcid.org/0000-0002-9419-631X>

Resumo

O Mediterrâneo é um território importante no quadro das tensões vividas pela Europa no que ao fluxo de migrantes diz respeito. Os conflitos vividos neste espaço marítimo revelam a dimensão securitária mais restritiva da União Europeia, daqui resultando episódios de boicote e de espera como aquele que ocorreu com o navio *Open Arms*, em 2019.

Palavras-Chave: Migrações, Mediterrâneo, Territórios de Espera, Segurança

Abstract

The Mediterranean Sea is an important passageway for migrants wishing to reach Europe. However, this maritime space is also a territory of conflict, reflecting a closed European Union. The problem affecting the *Open Arms* boat in 2019, which was prevented from approaching certain European ports, is an example of such security policies.

Key-Words: Migrations, Mediterranean Sea, Waiting Territories, Security

Nota introdutória

Diz-nos Gonçalo M. Tavares (2018) que o Sr. Walser construiu uma casa, desenhada com traços simples e decorada sem excessos, protegida por uma floresta fechada e longe de outros espaços habitados.

Ainda que despojada de luxos e assegurada por uma distância que garantia a privacidade em relação ao bairro mais próximo, esta casa foi também pensada para acolher amigos e vizinhos. Aquele espaço privado seria um território de hospitalidade.

Na perspectiva da Geografia, a casa que se vislumbra nas palavras do escritor atravessa múltiplas escalas espaciais e remete-nos para alguns dos debates mais oportunos no tempo presente. Em primeiro lugar, a temática dos limites e da demarcação entre o interior e o exterior. Em segundo, após a definição de uma linha separadora, a relação de maior abertura ou encerramento entre os territórios domésticos, associados às sensações de conforto, previsibilidade e confiança, e os espaços exógenos, com os quais devemos estabelecer pontes mais duradouras de contacto ou, pelo contrário, erguer muros de indiferença ou de medo.

A relação possível entre os dois lados de uma barreira é também atravessada pela coexistência dinâmica e integrada entre o que aparenta ser estável – uma área ou superfície que se pretende proteger e cujo acesso se tenta regular, e os fluxos que se movimentam, sejam estes de pessoas, mercadorias, informação ou outras formas de capital.

Esta interação tem suscitado posições extremas, que João Ferrão (2003) sintetiza nos conceitos de “localismo globofóbico” e de “globalização uniformizadora”. Neste último caso, os fluxos atravessam fronteiras porosas e abertas e contribuirão para um mundo mais homogêneo. Nesta dinâmica geográfica sem atritos, as trocas sobrepõem-se à preservação das identidades, num processo condicionado por relações assimétricas de poder. No primeiro, o local ergue barreiras e preserva-se, levanta muros e filtros protetores e valoriza o endógeno. Por contraste com o que virá de fora, contaminado pela viagem e pelas influências que não se controlam, esta deriva identitária assenta numa vaga ideia de autenticidade e originalidade, quantas vezes excluindo o que não se conhece bem, mas ao qual se atribui uma etiqueta estereotipada.

Porque constituem as pontas extremas de um processo dinâmico, instável e contaminado pelas leituras ideológicas, ambos os caminhos colocam riscos. Opondo-se, problematizam uma das questões da atualidade- o balanço entre os espaços geográficos que se abrem e aqueles que se encerram. Muito para além da natureza das fronteiras, mais abertas e difusas, ou mais estanques e fechadas, estão em causa princípios e estratégias de maior ou menor ligação aos outros.

Encontramos aqui diferenças de conceção da natureza das filiações identitárias, tal como se discute em Amin Maalouf (1999) ou Amartya Sen (2007). Não existindo uma matriz única que expresse o que Ferrão (2003) refere como localismo globofóbico, no geral esta tendência assenta numa conceção de identidade monodimensional e numa filiação justificada por um número restrito de fatores, como o território, a língua, a ancestralidade ou a religião. A estas identidades geradoras de oposição e de violência – que Maalouf (1999) caracteriza como *identidades assassinas*, Sen (2007) contrapõe as identi-

dades compósitas, que sobrepõem diversos fatores dinâmicos de filiação que se invocam em diferentes momentos da vida económica, social, cultural e política.

Esta oposição entre identidades monodimensionais e multidimensionais remete-nos para Mark Granovetter (1973), que confronta os laços fortes (*strong ties*, no original) e os laços fracos (*weak ties*). Para este autor, o encerramento identitário em confinamentos de laços fortes, isto é, em comunidades unidas pela semelhança, será menos inovador e mais hierarquizado que os laços fracos que se estabelecem entre atores que interagem pela diferença e pela complementaridade.

Apesar disso, no primeiro caso destaca-se a confiança que deriva da familiaridade e da proximidade. No segundo, releva-se a instabilidade que resulta do desconhecido e do carácter difuso das interações. Numa época na qual se discute o encerramento em relação à abertura, a rejeição em relação ao acolhimento, as políticas securitárias em relação à hospitalidade, estes debates ganham relevo e esta conceção que Granovetter levantou em 1973 assume uma nova atualidade.

Na casa do Sr. Walser, a fronteira está protegida por uma floresta densa e uma natureza agreste que lhe garante a privacidade. Não se pretende fazer uma associação direta entre a ideia de casa aqui referida por Gonçalo M. Tavares e a União Europeia. Contudo, neste projeto de cooperação institucional, as mobilidades internas, a procura de uma identidade comum, em todos estes aspetos se reconhece a ideia de construção de uma *casa comum* que possa trazer escala e densidade à Europa nas relações com outros territórios, tal como se expressou no evento “Europa- uma casa comum?”, realizado na Universidade de Coimbra em 2017 (com coordenação científica de Maria Manuela Tavares Ribeiro). A propósito da Europa enquanto ‘espaço partilhado’, pode ler-se que “O conceito de Casa Comum Europeia ganha particular acuidade no campo da política nacional, das relações internacionais, das estratégias geopolíticas e da cultura” (conferir em: https://agenda.uc.pt/wp-content/uploads/2018/02/Cartaz_Uma-casa-comum.jpg).

No caso da União Europeia, as demarcações estão bem definidas e passam pelos limites estatais, numa elasticidade espacial que tem variado de acordo com as dinâmicas de alargamento mas também, antecipando os efeitos do Brexit, pelas dissidências que se possam refletir no mapa desta entidade político-institucional e geográfica de dimensão global. Nesta perspetiva, os limites da casa-União Europeia serão mais precisos que a muito indefinida fronteira da Europa que, sobretudo a leste, não tem um marco divisório bem identificado. Nalgumas perspetivas, o continente europeu é visto como o extremo de uma vasta massa continental- a Eurásia, facto que tem marcado e condiciona alguns dos principais desafios da sua geopolítica (Friedman, 2014).

Contudo, e regressemos à ideia de fronteira, esta é mais que uma linha bem desenhada numa qualquer cartografia bidimensional. Se existem fronteiras que definem identidades (Staszak, 2017) e parecem criar dinâmicas de endogamia e reforço dos laços fortes (Granovetter, 1973), na verdade, os limites são áreas complexas e, no geral, permeáveis, ainda

que em muitas circunstâncias essas demarcações se manifestem por barreiras e muros materiais dos quais se espera uma filtragem rigorosa dos fluxos (Jones, 2012).

Limites marítimos e segurança- um domínio na geopolítica das migrações

As dinâmicas de mobilidade e o desenvolvimento tecnológico alteraram o mapa dos limites. A expansão da rede de suporte dos fluxos de pessoas e mercadorias através de nós como os portos e os aeroportos internacionais, diversificou e tornou mais complexa a geografia das fronteiras na União Europeia, ao mesmo tempo que colocou novos desafios em termos de regulação e segurança.

Enquanto espaço geográfico, a União Europeia tem limites terrestres e marítimos. Não se discutirá aqui o rendilhado espacial das regiões ultraperiféricas e dos territórios ultramarinos, que a projetam para geografias exteriores à Europa. No entanto, também estas afirmam a importância do mar, quer enquanto fronteira, quer enquanto espaço de relações com o exterior.

Neste ponto de vista, na problematização da Geografia da União Europeia, e da relação desta com outros *players* geográficos, devem incluir-se realidades espaciais como o Báltico (por exemplo, um canal de relações relevantes entre a Alemanha e a Rússia no setor energético, como se comprova pelo traçado dos gasodutos *Nord Stream 1* e 2), o Mar do Norte ou o Atlântico (no qual assenta uma das bases de afirmação geopolítica da Europa).

A dimensão marítima dos limites da União Europeia traduz-se em cartografias múltiplas que passam por diferentes conceções, graus de soberania e de responsabilidade. As águas territoriais, as zonas económicas exclusivas, as plataformas continentais, as SRR- ‘Search and Rescue Regions’, todas projetam a Europa (e países como Portugal) para um domínio geográfico no geral, como nos refere Henrique Souto (2010), desenquadrado da perceção geográfica dominante, muito marcada e limitada ao suporte físico continental.

Neste ponto de vista, o mar não é um simples limite nem um mero espaço de passagem, é um palco de acontecimentos, disputas, relações de poder e um território de interação de múltiplos atores, estatais e não estatais. Conjugando realidades fixas com as dinâmicas dos fluxos, articulando o movimento e os nós que lhe dão suporte (como as infraestruturas portuárias), os territórios marítimos são espaços de tensão entre, por um lado, o controlo e, por outro, as tentativas de resistência e fuga a essa regulação. Este facto está bem patente no domínio das migrações.

O mar é um território de mobilidades. Há uma longa história na relação entre os espaços marítimos, os portos e as migrações. Períodos temporais como o século XIX e as primeiras décadas do século XX e espaços como Ellis Island (em Nova Iorque) deixam-nos prova da inscrição geográfica desta relação entre mar e migrações. Esta interação

tem sido particularmente importante no caso das deslocações precárias de refugiados (ou candidatos ao estatuto de refugiado).

Em muitos momentos da História, o mar e os portos marítimos têm sido um meio de saída e procura de destinos mais seguros. Maria Sigonier (2011) mostra-nos esta mesma realidade a propósito da deslocação de republicanos derrotados pelo franquismo na guerra civil espanhola. O Atlântico foi, nesta ocasião, um trajeto de segurança em direção a vários países da América do Sul, entre os quais a Argentina, o Uruguai e, sobretudo, o Chile, onde se radicaram cerca de 1200 evadidos ao regime de Franco. Como nos refere Sigonier (2011), dessa vaga de deslocações precárias no espaço marítimo, foi simbólica a viagem do navio *Winnipeg*, de 3 de agosto a 4 de setembro de 1939, entre França e o porto chileno de Valparaíso.

Sem que se pretenda incorrer num registo descritivo a respeito do mar enquanto fator de libertação, refira-se outro exemplo. Em dezembro de 1950, a partir do porto de Hungnam, durante a Guerra da Coreia, a marinha dos EUA transportou 14 mil coreanos que escapavam ao avanço do exército chinês. Em diferentes navios, entre os quais o *SS Meredith Victory*, a população deslocada viajou de modo precário, num território móvel que, apesar da elevada densidade, serviu de ponte para os mais seguros portos de Busan e da ilha de Geoje, na Coreia do Sul. Como refere Sandler (2003, p.126), “The evacuation from Hungnam was an achievement easily comparable to the Dunkirk operation or the mass exodus of approximately one million Eastern Germans from the advancing Red Army in early 1945”.

A ligação dos refugiados com o mar é um campo empírico fértil em exemplos que, em múltiplas circunstâncias e geografias, ocorreram em contextos espaço-temporais de mobilidades nem sempre seguras. Assim aconteceu com os denominados *boat people* a partir da Indochina, ou os *balseros* na década de (19)90, com origem em Cuba e deslocações em direção ao sul dos Estados Unidos da América. No primeiro caso, a guerra que afetou a região na década de (19)70 provocou um êxodo de cerca de 3 milhões de deslocados que saíram do Vietname, do Laos e do Camboja. Atravessando o Mar do Sul da China e entrando no Pacífico, fizeram viagens precárias (muitas vezes com a intermediação de organizações criminosas) em direção a países de proximidade como a Indonésia, a Malásia, as Filipinas, o Japão ou a Coreia do Sul (UNHCR, 2000).

No caso dos *balseros* cubanos, as deslocações entre Cuba e a Florida eram também efetuadas por embarcações precárias. Neste percurso marítimo de cerca de 90 milhas, aconteceram naufrágios mas também resgates nos quais se salvaram vidas. Foi este o caso de Elián González, em 1999, que se tornou um símbolo da oposição política ao regime de Cuba (Bernal, 2003).

As migrações continuarão a marcar o futuro. As desigualdades de poder económico e político, as assimetrias demográficas, os conflitos territoriais, as derivas identitárias, o retrocesso das democracias, os poderes difusos e informais e as alterações climáticas

continuarão a promover fluxos migratórios involuntários e precários, grande parte deles potencialmente realizados por via marítima. Não se sabe se estas deslocações ocorrerão por barco ou por via aérea, no entanto, segundo Podesta (2019), prevê-se até 2100 o desaparecimento de 48 ilhas do Pacífico em resultado da crise ambiental e da subida do nível médio das águas do mar.

Contudo, o mar não é uma superfície plana, mas um território de rugosidades com fronteiras e limites cujo efeito de atrito depende dos fluxos em causa e de quem se movimenta.

O Mediterrâneo, atrás intencionalmente omitido quando se elencavam os limites da União Europeia (para agora lhe darmos um tratamento especial), é demonstrativo das contradições do sistema global no que às mobilidades espaciais diz respeito. Este é um espaço geográfico de contacto e circulação, um território de turismo balnear e de cruzeiros turísticos que unem uma rede portuária aberta, sobretudo na sua faixa norte. Contudo, o Mediterrâneo é também uma fronteira de condicionamento das migrações, uma demarcação continental e um espaço geográfico de acontecimentos nos quais se revela uma União Europeia securitária.

Mediterrâneo e migrações- territórios de espera e insegurança numa Europa securitária

O mar Mediterrâneo separa duas regiões com contrastes evidentes em termos de desenvolvimento humano, matriz cultural e organização institucional (Lacoste, 2006). Este espaço geográfico é, na perspetiva da União Europeia, um território central em termos de estabilidade e segurança, em domínios como a energia, as alterações climáticas, a gestão dos recursos naturais, o turismo e as migrações.

Como se refere em Lacoste (2001 e 2006), para além da proximidade geográfica entre países colonizadores e espaços colonizados, este é também um território de tradicional movimentação de múltiplos interesses e potências e um palco de conflitos por procuração (*proxy wars*) dos quais, na atualidade, a Líbia é um exemplo.

Os fluxos de migrantes que, após o verão de 2015, realizaram (ou tentaram realizar) a travessia do Mediterrâneo, sobretudo nos seus setores central e oriental, colocaram este território no foco das atenções da geopolítica das migrações e da demografia política (Rodrigues, 2017). Neste contexto, mais que um espaço geográfico de ligação entre dois continentes, um percecionado como mais repulsivo e outro como atrativo, o Mediterrâneo acabou por constituir uma barreira de segurança e proteção por parte de uma União Europeia sem condições internas para uma resposta consistente e unificada perante os fluxos migratórios que resultaram de um longo processo de instabilidade derivada das Primaveras Árabes e da guerra que despoletou em território sírio.

De acordo com a ESI- European Stability Initiative (2017), no período que intermedia o início das revoltas no Magrebe (em 2010, na Tunísia), a eclosão da guerra na Síria (em 2011) e 2016, terão ocorrido cerca de 2 milhões e 50 mil atravessamentos ilegais nas fronteiras da União Europeia. Desse total, 65% seguiu a rota do Mediterrâneo Oriental, em direção à Grécia. 32% percorreu o trajeto do Mediterrâneo Central, que converge para a Itália. Desses mais de 2 milhões, 51% deslocaram-se em 2015, ano de especial pressão sobre o litoral grego, correspondendo a 885 mil entradas clandestinas. Na Itália, esse valor atingiu os 154 mil migrantes.

Contudo, estas mobilidades não ocorreram num espaço de circulação fluída. Pelo contrário, estes dados devem ser lidos no contexto dos desaparecimentos e dos naufrágios que ocorreram nessas tentativas de travessia do Mediterrâneo. Segundo a Organização Internacional das Migrações, entre 1 de janeiro de 2000 e 31 de julho de 2017, terão sido vítimas 33761 migrantes, em especial nos anos de 2015 e 2016, quando ocorreram 25% do total de mortes (Fargues, 2017).

Não se discutirá aqui a exatidão destes registos oficiais nem a probabilidade de, por defeito, esconderem uma catástrofe humanitária mais profunda. Ainda assim, fica-nos a ideia do Mediterrâneo como um espaço geográfico de obstáculos e um território de viagens incertas.

Tal como aconteceu com o resgate de Elián González em 1999 após um naufrágio ocorrido entre Cuba e a Florida, também no Mediterrâneo a imagem de uma criança agitou as consciências, ainda que, nesta ocasião, com um desfecho trágico. No dia 2 de setembro de 2015, na praia turca de Borum, a fotógrafa Nilüfer Demir regista as imagens do corpo de Aylan Kurdi, de 3 anos, falecido num naufrágio no qual também pereceram outros migrantes sírios. A partir desta linha de costa frequentada por turistas dos *resorts* locais, seguiam embarcações frágeis para a ilha grega de Kos. Como, a propósito desta fotografia, referem Adler-Nissen *et al* (2020, p.94): “It is often claimed that images have the capacity to invoke emotions, and that emotions in turn are significant for how international politics is conducted”.

Ainda assim, apesar do peso das emoções na opinião pública e nos poderes governamentais. Apesar do efeito direto da tragédia da família Kurdi nas políticas de acolhimento da Alemanha, que abriu a suas fronteiras à entrada de uma vaga de migrantes que já circulava no território europeu, entre a Áustria e a Hungria. Na verdade, em termos estruturais, a política migratória da União Europeia não sofreu mudanças significativas. O Mediterrâneo, em particular, continuou a ser um território tenso de confronto entre uma Europa que se foi encerramento e os fluxos de migrantes que, por interposição de *players* não estatais, informais e criminosos, tentam romper essa barreira de controlo.

A regulação policial tem sido promovida pela Frontex, a agência responsável pela vigilância dos limites da União Europeia, no âmbito da qual se colocaram no terreno mis-

sões como a operação *Sophia*. Contudo, o Mediterrâneo é um espaço geográfico atravessado por múltiplos territórios, que se vão cruzando de forma mais ou menos conflituosa. Para além da Frontex, registem-se as ações da marinha líbia, mas também as frágeis embarcações que saem das costas do norte de África e da Turquia em direção à Itália e à Grécia, num percurso quase sempre promovido e controlado por redes organizadas de tráfico de pessoas (Fernandes, 2019).

Contudo, mais que um percurso fluído em direção à Europa, nesta fronteira marítima securitária, muitas das vezes o ritmo é caracterizado pela imobilidade. O geógrafo Alain Musset (2015) associou a experiência de viagem dos migrantes nas frágeis embarcações, que procuram chegar a algum porto ou praia europeus, ao contexto espaço-temporal que denominou por território de espera. Para este autor (Musset, 2015, p. 306), “Los fenómenos de movilidad y desplazamiento se afirman como características principales de nuestras sociedades contemporáneas. Sin embargo, lejos de ser fluidos, homogéneos o lineales, estos desplazamientos están marcados por tiempos y momentos, más o menos largos, de espera. Su origen puede ser por razones técnicas, administrativas o políticas, y a menudo tales momentos encuentran una traducción espacial: hay territorios que acogen a estas sociedades en situación de espera”.

Embarcar numa viagem incerta para a Europa será, neste sentido, a experiência de um território de espera, no qual, a um espaço confinado correspondem tempos prolongados e indefinidos, facto que potencia o risco e aumenta as vulnerabilidades de quem se desloca.

Nesta experiência migratória que é, afinal, marcada pela imobilidade, essas territorialidades de espera começam por ser vividos antes do embarque no Mediterrâneo. Na costa líbia, são muitos os campos de contenção de migrantes precários que, sob controlo de milícias locais, ali permanecem como capital em potência, aguardando algum resgate ou sendo vítimas de múltiplas formas de exploração da vida humana. Para além disso, esses territórios de espera também existem após a chegada ao continente europeu. Em espaços geográficos como a Ilha de Lesbos, na Grécia, criaram-se territórios confinados e demarcados nos quais se prolonga a experiência da espera por parte dos migrantes que conseguem atravessar, com êxito, a barreira do Mediterrâneo (Fernandes, 2019).

Estes territórios de espera e de contenção são resultado da convergência de vários fatores. Por um lado, fazem parte da estratégia de redes organizadas que tiram partido dessa paragem forçada. Por outro, traduzem as barreiras securitárias que impedem a passagem para a Europa e os ritmos lentos dos processos formais de avaliação e reconhecimento dos direitos de acolhimento e hospitalidade destas populações que se movimentam. Em ambos os casos, assistimos a um processo contrário à compressão do espaço-tempo definida por David Harvey (1991). A velocidade dos fluxos e a redução dos obstáculos ao movimento estão na base de uma *time-space compression* na qual, em menos tempo, se tem acesso a mais espaço. O mais recente processo de globalização tecnológica assenta

nesse princípio. Nos territórios de espera, a dinâmica é inversa. Encolhe-se o espaço e prolonga-se o tempo, de modo indefinido. Nesse sentido, a gestão migratória no Mediterrâneo é um sinal de antiglobalização e, no caso da União Europeia, um instrumento securitário com efeitos na segurança dos migrantes.

Migrações e navios em espera no Mediterrâneo – o caso do *Open Arms*, em agosto de 2019

Por princípio, os portos serão territórios de trocas, compressão do espaço-tempo, encolhimento das distâncias, aumento das relações e das interdependências. Em diferentes escalas geográficas, enquanto nós de fluxos em movimento, as infraestruturas portuárias serão pontos de difusão de inovações e encontro da diferença. Por isso, são vértices relevantes na geografia global do poder, como nos demonstra a recente estratégia chinesa de projeção à escala global, em parte assente no controlo de infraestruturas portuárias (Baños, 2018; Brakman *et al*, 2019).

Como atrás se referiu, em tempos de deslocações precárias em massa, antes mesmo da criação e consolidação jurídica do estatuto de refugiado, muitas cidades portuárias foram lugares cosmopolitas de permanências, esperas, trânsito e passagem, como aconteceu no caso de Lisboa durante a II Guerra Mundial (Pimentel, 2006).

Contudo, os nós portuários podem também ser portas fechadas e instrumentos de uma geopolítica das migrações repressiva e securitária. Servem estas reflexões para enquadrar alguns dos momentos que têm marcado a política migratória europeia, em particular a resistência que alguns portos do Mediterrâneo demonstraram em receber certos navios que faziam o transporte de migrantes.

Referiu-se atrás que o mar Mediterrâneo é um território de múltiplos atores, estatais e não estatais, formais e informais. Desta constelação de *players* fazem parte algumas Organizações Não Governamentais (ONG's) que, em diferentes circunstâncias, se têm envolvido em operações de resgate de migrantes que tentam completar o trajeto entre o norte de África e algum ponto da linha de costa da Europa meridional.

Em agosto de 2019, o impedimento de acesso do *Open Arms*¹, navio de uma ONG espanhola, aos portos do Mediterrâneo mais próximos da sua posição, exemplifica a polí-

¹ As citações e os dados empíricos e factuais referentes a este estudo de caso foram recolhidos a partir da consulta de múltiplas fontes online (<https://www.law.ox.ac.uk/research-subject-groups/centre-criminology/centreborder-criminologies/blog/2017/03/border-deaths>; <https://www.smh.com.au/world/aid-group-accused-of-helping-people-smugglers-suspect-farright-hackers-20170807-gxql2a.html>; <https://www.independent.co.uk/news/uk/home-news/refugee-crisis-closing-borders-people-smugglers-human-trafficking-mediterranean-deaths-record-a7391736.html>; <https://www.smh.com.au/world/next-time-you-will-be-targeted-libyan-coastguard-threaten-migrant-rescue-ship-20170809-gxs5ma.html>; <https://www.>

tica mais restritiva de alguns países da União Europeia perante o fluxo de refugiados e de migrantes clandestinos, mas é também a demonstração da ausência de uma estratégia comum perante um desafio societal que se irá prolongar no tempo. O *Open Arms*, quando entrou em águas territoriais italianas, transportava 147 migrantes.

Esta embarcação encontrava-se ao serviço da ONG *Proactiva Open Arms*, criada em outubro de 2015, em Badalona (na Catalunha), a partir de uma empresa – a *Pro-Activa Serveis Aquàtics*, que trabalha na área do salvamento marítimo. No próprio mês da sua criação, esta ONG realizou o seu primeiro resgate, a partir da ilha grega de Lesbos, a sua base permanente, que lhe dava acesso ao corredor central do Mediterrâneo e às águas internacionais na proximidade da Líbia. Implicada em missões de busca e salvamento, esta organização utilizou três embarcações, entre as quais o *Open Arms*, um navio de 37 metros doado por um grupo empresarial privado do setor marítimo.

No início, a atividade desta ONG limitou-se ao apoio na chegada dos migrantes a Lesbos. Na etapa seguinte, estabelecendo uma rede de colaboração com pescadores locais, guarda-costeiros gregos e a Frontex, a *Proactiva Open Arms* acabou por envolver-se no resgate de deslocados em trânsito no alto mar. Em resultado dessas intervenções, em 2016, a então jovem organização recebeu o *H.E.R.O.- Award for Outstanding Team Contribution to a Maritime SAR Operation*, pela *International Maritime Rescue Federation's* (IMRF), sediada no Reino Unido e, no mesmo ano, o *European Citizen's Prize*, atribuído pelo Parlamento Europeu. Estas distinções atestam a relevância da temática dos refugiados no contexto internacional, em especial na Europa.

Ainda assim, apesar das distinções e do reconhecimento deste trabalho de salvamento, muitas destas missões colidiram com as políticas de encerramento que se foram implantando nalguns países europeus. Assim aconteceu em agosto de 2019 quando os portos de Itália e de Malta, os mais próximos da embarcação, se recusaram a receber o *Open Arms*, transportando então cerca de centena e meia de migrantes. No caso italiano, ainda que algumas decisões emitidas pelos tribunais tentassem contrariar a decisão do Ministério do Interior liderado por Matteo Salvini, a proibição persistiu e o navio foi instado a desembarcar em Espanha, país de origem desta organização.

Ainda que alguns países europeus, incluindo Portugal e Espanha, tenham acedido a receber o *Open Arms*, esta decisão implicaria uma viagem longa (para Cadiz, Valência ou Algeciras, portos que se disponibilizaram a receber o grupo, essa deslocação levaria

bbc.com/news/world-europe-40948222; <https://www.reuters.com/article/us-europe-migrants-libya-ngo/spanish-migrant-rescue-ship-threatened-by-libyan-coastguard-witness-idUSKCN1AV20Q>; <https://www.bbc.com/news/world-europe-40957089>; <https://www.reuters.com/article/us-europe-migrants-libya-ngo/spanish-migrant-rescue-ship-threatened-by-libyan-coastguard-witness-idUSKCN1AV20Q>; <https://www.elperiodico.com/es/internacional/20170620/proactiva-open-arms-estrena-embarcacion-que-se-suma-al-golfo-azzurro-en-los-rescates-en-el-mediterraneo-6117549>), consultadas em setembro de 2019.

cerca de uma semana), muito para além do tempo de percurso em direção ao porto mais próximo (Lampedusa).

Ao longo da espera, que durou cerca de 3 semanas, 40 migrantes foram autorizados a desembarcar, por se encontrarem doentes ou por serem menores. Ainda assim, na embarcação, a lotação continuou alta e a densidade humana elevada, o espaço é confinado e o tempo foi-se prolongando, numa espera indefinida que foi aumentando a tensão e os sinais de insegurança. A falta de água e de alimentos frescos; o número insuficiente de casas-de-banho; no convés de apenas 180m², a disputa (territorial) pela sombra; os enjoos em migrantes pouco habituados ao mar; o cansaço da própria tripulação, tudo contribuiu para a degradação física e psicológica neste território de espera incerta.

O stress pós-traumático, sobretudo na população feminina; o medo de regresso à Líbia; a ausência do contacto com a família; a violência mais explícita nos passageiros masculinos mas também a coexistência, neste território de contenção, de mais de 10 nacionalidade, tudo contribuiu para o aumento dos fatores de risco, facto que justificou a intervenção, em pleno Mediterrâneo, de mediadores culturais que procuraram a redução desse potencial de conflito.

Ainda assim, a ansiedade justificada pela degradação das condições físicas de sobrevivência, mas também pela incerteza, levou a casos de greve de fome e ao abandono compulsivo de alguns passageiros que se lançaram ao mar para logo de seguida, com imagens mediáticas que foram entretanto divulgadas como forma de pressão, serem resgatadas e devolvidas ao *Open Arms*.

O mediatismo deste enclausuramento securitário foi ampliado pela visita de uma celebridade mundial, o ator Richard Gere que, através das redes sociais, no convés de um *Open Arms* estabilizado 27 milhas ao largo de Lampedusa, denunciou a precariedade vivida na embarcação e apelou à solução do problema.

Não se evocarão aqui pormenores jurídicos. No entanto, este contexto espaço-temporal de espera compulsiva conformará aquilo que Agamben (2005) refere como território de exceção, isto é, um território de violação de regras e normas. O Direito Internacional Marítimo prevê, nestas circunstâncias, o desembarque dos passageiros no porto seguro mais próximo. O princípio internacional do *Non-refoulement* impede também a devolução dos migrantes precários ao lugar de origem, desde que não estejam asseguradas as condições de não perseguição, exploração e violência.

O papel das Organizações Não Governamentais nestas operações de salvamento é questionado, invocando-se que poderá servir de incentivo às travessias ilegais e cumprir um serviço de interesse para os passadores informais e criminosos que, desta forma, teriam quem concluísse o trajeto dos migrantes clandestinos em direção a um porto europeu.

Nesta linha de denúncia estão agentes como a associação anti-imigração *Defend Europe*, mas também *players* como as autoridades líbias, que acusam a *Proactiva Open Arms* de atuar no interior das suas águas territoriais.

Para os críticos, o problema está na georreferenciação – navios como o *Open Arms* recolheriam os migrantes em pontos combinados com as redes do tráfico de pessoas, na proximidade das costas africanas, a partir dos quais se transportariam os migrantes para Itália, Malta ou mesmo Espanha.

Na verdade, este episódio do *Open Arms* deve também ser entendido no quadro de um Mediterrâneo que, em sentido lato, é um território instável em função de múltiplos fatores: a difusa separação de responsabilidades entre a Frontex e as autoridades marítimas nacionais; a caótica indefinição política e institucional da Líbia, na qual se sobrepõem poderes reconhecidos e não reconhecidos, com navios oficiais de guardas costeiras mas também embarcações de *smugglers*, milícias ou de pescadores que se envolvem nestas mobilidades.

Na perspetiva da *Proactiva Open Arms*, estes salvamentos, com financiamento privado, ocorrem nas águas internacionais e apenas acrescentam eficácia ao sistema de recolha e salvamento que não é totalmente conseguido pela União Europeia e pelas polícias costeiras nacionais. No ponto de vista desta ONG, os migrantes recolhidos fora dos perímetros de soberania nacional não deverão ser considerados clandestinos- de acordo com essa argumentação, a superfície marítima internacional seria um espaço de livre acesso pelo que nenhum migrante aqui poderia ser considerado ilegal.

Não se discutem aqui as argumentações de ordem jurídica, nem se fará a ponderação das realidades múltiplas e, por vezes, contraditórias, veiculadas pelas diferentes partes. A questão humanitária sobrepõe-se à paralaxe interpretativa revelada pelos diversos atores deste complexo xadrez. Nesta perspetiva, se na perceção geográfica a massa continental se sobrepõe à marítima, também no domínio dos direitos humanos parece haver, ainda segundo a *Proactiva Open Arms*, uma maior atenção para as violações que ocorrem em terra e menos para as que acontecem no mar (a superfície dominante no globo terrestre), onde permanece e circula uma geografia humana de trabalhadores, refugiados, migrantes económicos e deslocados ambientais, num número que tenderá a aumentar.

Reflexões Finais

Este episódio do *Open Arms* não é caso único mas é exemplo de uma política securitária que tem várias dimensões, neste caso materializando-se num território de espera e vidas suspensas. Durante cerca de três semanas fechados numa embarcação, estes migrantes concentraram-se no que Rogério Haesbaert (2004) denominou como aglomerado de exclusão, um território precário de tensão e destino incerto. Pelos acontecimentos, pela crescente insegurança, este espaço geográfico configura aquilo que Maria Tumarkin (2005) adjectiva como *traumascapes*, um lugar topofóbico no qual se vivem experiências e se inscrevem momentos traumáticos.

Este episódio traz matérias de análise em domínios como a *Demografia Política*, a *Geopolítica das Migrações* e o *Domocídio*, isto é, a trajetória de populações frágeis que se desterritorializaram e perderam as referências da casa de acolhimento e segurança (Porteous & Smith, 2001; Haesbaert, 2004).

Para além da difusa fronteira entre os espaços geográficos de organização areal, como os Estados, e as territorialidades mais flexíveis de alguns atores, como as Organizações Não Governamentais, este episódio é demonstrativo de como um espaço como o Mediterrâneo é um território de múltiplas vivências com uma crescente importância geopolítica. As águas mediterrâneas, onde circulam cruzeiros turísticos que atravessam sem dificuldade as fronteiras de soberania nacional, são também um território murado de tensão securitária que envolve atores formais e informais.

Este episódio é ainda reflexo de uma Europa desunida perante um dos desafios sociais da atualidade e do futuro. Como se previa, o efeito estrutural da fotografia de Aylan Kurdi ficou aquém do esperado. A sobrevalorização dos interesses nacionais e as manifestações de um egoísmo territorial (Davezies, 2015) que sobrepõe os interesses domésticos a um projeto comum de integração e solidariedade partilhada, são disso prova.

A penalização dos países de chegada dos migrantes clandestinos e as dificuldades de redistribuição das responsabilidades de acolhimento pelo resto da União Europeia, criaram obstáculos ao consenso e promoveram atitudes de dissidência conservadora em países como a Itália e o grupo de Visegrado (Polónia, República Checa, Eslováquia e Hungria).

Por estas e por outras razões, no interior da União Europeia, em países como a Alemanha, Suécia ou Áustria, assistiu-se ao crescimento eleitoral dos partidos de extrema direita. Nestes casos, como nos sugere Andreas Steinmayr (2018), os refugiados não criaram novas fraturas, apenas trouxeram à superfície divisões já existentes e estruturais, como aquela que continua a dividir as Alemanhas ocidental e oriental, uma representação da Guerra Fria que o tempo não conseguiu dissimular.

As políticas securitárias que tiveram expressão no *Open Arms* seguem outros princípios: o do aumento da distância entre os europeus e os migrantes que tentavam o atravessamento do Mediterrâneo a partir de países como a Somália ou a Síria.

Analisando a afirmação da extrema direita nas eleições austríacas de setembro de 2015 (quando a crise dos refugiados estava no seu auge), Steinmayr (2018) demonstrou que essas atitudes conservadoras e securitárias ocorreram sobretudo em regiões nas quais o contacto com esses deslocados ou foi breve e superficial, ou não existiu, ou foi sobretudo intermediado pelos meios de comunicação social.

Sendo a Áustria, na época, um território de passagem, a extrema direita avançou menos nas regiões onde o contacto da população local com os refugiados foi mais prolongado e direto. Com essa experiência mais personalizada, diminuíram os medos em muito estimulados por fatores externos, como os discursos exógenos mais radicais. Como refere

Steinmayr (2018, p.30), “(...) the presence of, and likely contact with, refugees dampen the macro trend of growing support for the far-right Freedom Party: (...) that anxiety in the population declined after refugees arrived”.

Significa isso que o levantamento de muros de separação pode contribuir para o aumento dos preconceitos e das imagens negativas e estereotipadas sobre aqueles que não se conhecem. Como acrescenta Steinmayr (2018, p.31), “Thus, exposure under circumstances that do not allow for contact under favorable conditions can also increase negative attitudes towards refugees expressed as voting for a party with strong anti-immigrant and anti-refugee sentiments. In addition to the two forms of micro-level exposure, macro-level exposure to the refugee crisis that comes in the form of salience of the refugee situation in traditional and social media, as well as political rhetoric might also affect voting decisions. Macro-level exposure does not require physical proximity to refugees”.

Andreas Steinmayr (2018) vem confirmar algo já referido por Jean-François Staszak (2017)- os limites não são neutros. Tal como a demarcação geográfica entre continentes veio legitimar o reconhecimento (e a separação) de diferentes grupos étnicos, também os muros entre comunidades de acolhimento e populações em busca de asilo veio reforçar os preconceitos, apenas atenuados após experiências inter e multiculturais de contacto direto.

Neste jogo dinâmico de emoções, os reforços e as representações do medo são um instrumento político. No entanto, como refere Mia Couto (2019), sendo o medo necessário para a sustentação dos instrumentos securitários, são mais os sentimentos de insegurança que os fatores que os justificam. Estes medos criam linhas divisórias porque simplicam a imagem do *self* e do *other* e reforçam estereótipos negativos. Referindo-se à “fabricação do medo e da desconfiança” (Couto, 2019, p.91), o escritor acrescenta: “O que nos une hoje em todos os países, em todos os continentes, é sobretudo o medo. Um mesmo sentimento de desamparo e insegurança nos aproxima em todas as geografias. Não existem nem grandes nem pequenas potências que estejam a salvo do medo. Vivemos o mesmo receio perante o desconhecido, a mesma angústia perante o outro transformado num inimigo. Todos nós em todas as geografias deste planeta nos confrontamos com a tentativa organizada de desumanizar o Outro, o que tem outra religião, outra raça, outra história” (Couto, 2019, p.90).

Esta perceção é confirmada pelas ciências da segurança. Também Manuela Ivone Cunha (2019) se refere à perceção do medo como a resultante multidimensional de uma conjugação de fatores objetivos e, sobretudo, subjetivos. Os primeiros serão mais facilmente identificáveis, mas os segundos deixam um rasto mais duradouro.

Terminamos regressando ao ponto de partida – a Gonçalo M. Tavares (2004), para quem o movimento influencia mais do que aquilo que está fixo. Não sabemos se será assim, pois quantificar com a precisão de uma balança é sempre difícil. Contudo, as mobi-

lidades e, em particular, as mobilidades espaciais e as migrações, constituem um desafio do presente e do futuro, na Europa e no mundo. Apesar dos sinais contraditórios, no caso da União Europeia, a *Casa Comum* de acolhimento e hospitalidade que nos sugere o Sr. Walser (Tavares, 2018) tem-se materializado num território securitário de fronteiras bem demarcadas. Esta é uma conceção muito distante dos limites graduais, transitórios e indefinidos que nos mostram as ilustrações metafóricas de M. C. Escher (Bruno, 1991), para quem o dia e a noite, o subir e o descer, o dentro e o fora, o estar fixo e em movimento, não são mais que polarizações extremas de realidades que, em muitas circunstâncias, se misturam, confundem e interrelacionam. A conceção geopolítica da Europa e do mundo, em particular no domínio das migrações, não pode descurar estas representações metafóricas da realidade.

Bibliografia

- ADLER-NISSEN, Rebecca; KATRINE, Emilie Andersen; HANSEN, Lene – Images, emotions, and international politics: the death of Alan Kurdi. *Review of International Studies*. 46: 1, 2020, pp. 75–95.
- AGAMBEN, G. – *State of Exception*, 1st ed., Chicago: University of Chicago Press, 2005.
- BAÑOS, Pedro – *El dominio mundial. Elementos del poder y claves geopolíticas*, 1.^a ed., Madrid: Ariel, 2018.
- BERNAL, Aurora – Medios de comunicación y propaganda. El caso de Elián González. *Estudios sobre el Mensaje Periodístico*, 9, 2003, pp. 189-202.
- BRAKMAN, Steven; FRANKOPAN, Peter; GARRETSEN, Harry; VAN MARREWIJK, Charles – The New Silk Roads: an introduction to China’s Belt and Road Initiative. *Cambridge Journal of Regions, Economy and Society*. Volume 12, Issue 1, 2019, pp. 3–16.
- CUNHA, Manuela Ivone – *Criminalidade e segurança*, 1^a ed., Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2019.
- COUTO, Mía – *O universo num grão de areia*, 1^a ed., Lisboa: Caminho, 2019.
- DAVEZIES, Laurent – *Le nouvel égoïsme territorial. Le grand malaise des nations*, 1.^a ed., Paris: La Republique des Idees/Seuil, 2015.
- ERNST, Bruno – *O espelho mágico de M. C. Escher*, 1^a ed., Colónia: Tashen, 1991.
- ESI – EUROPEAN STABILITY INITIATIVE – *The refugee crisis through statistics. A compilation for politicians, journalists and other concerned citizens*, 1st ed., Berlin: ESI, 2017.
- FARGUES, Philippe – *Four Decades of Cross-Mediterranean Undocumented Migration to Europe A Review of the Evidence*, 1st. ed. Geneva: IOM, 2017.
- FERNANDES, João Luís J. – *Refugiados, Territórios de Espera e Insegurança. A Europa, o Mediterrâneo e as Deslocações Precárias na Crise de 2015*. Lisboa: IDN-Curso de Defesa Nacional (trabalho Final), 2019.

- FERRÃO, João – Território, última fronteira da cidadania?. *Cadernos de Geografia*, n.º especial, 2003, pp.9-12.
- FRIEDMAN, George – *Focos de tensão. Os choques geopolíticos que ameaçam o futuro da Europa*, 1.ª ed., Lisboa: Dom Quixote, 2014.
- GRANOVETTER, Mark – The Strength of Weak Ties. *American Journal of Sociology* 78, no. 6, 1973, pp. 1360-1380.
- HAESBAERT, Rogério – *O Mito da Desterritorialização*, 1.ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- HARVEY, David – *The Condition of Postmodernity*, 6th ed., Cambridge: Blackwell, 1991.
- JONES, Reece – *Border walls. Security and war on terror in the United States, India and Israel*, 1st. ed., London: Zed Books, 2012.
- LACOSTE, Yves – La Méditerranée. *Hérodote*, 103, 2001, pp. 3-39.
- LACOSTE, Yves – *Géopolitique de la Méditerranée*, 1.ª ed., Paris: Armand Colin, 2006.
- MAALOUF, Amin – *Identidades Assassinas*, 1.ª ed., Lisboa: Difel, 1999.
- MUSSET, Alain – De los Lugares de Espera a los Territorios de la Espera. ¿Una Nueva Dimensión de la Geografía Social?. *Documents d'Anàlisi Geogràfica*, 61(2), 2015, pp. 305-324.
- PIMENTEL, Irene Flunser – *Judeus em Portugal durante a II Guerra Mundial. Em fuga de Hitler e do Holocausto*, 1ª ed., Lisboa: Esfera dos Livros, 2006.
- PODESTA, John. – *The climate crisis, migration, and refugees*, 1.ª ed., Washington, D.C.: Brookings, 2019.
- PORTEOUS, J. Douglas; SMITH, Sandra E. – *Domicide. The Global Destruction of Home*, 1st. Ed., Montreal & Kingston: McGill-Queen's University Press, 2001.
- RODRIGUES, Teresa- Segurança e Demografia. In A. Rebelo de Sousa (coord.), *Contextos de Segurança. Análises e Perspectivas*. Lisboa: OSCOT, 2017, pp.157-174.
- SANDLER, Stanley – *The Korean War: No Victors, No Vanquished*, 1st ed.. London: UCL Press, 2003.
- SEN, Amartya – *Identidade e violência*, 1.ª ed., Lisboa: Tinta da China, 2007.
- SIGONIER, Maria – *Reconstrucción identitaria en el exilio politico: los refugiados de la Guerra civil Española en Chile*, Santiago de Chile: Universidad Academia de Humanismo Cristiano, 2011.
- SOUTO, Henrique – *A propósito da pequenez e da grandeza de Portugal (reflexões sobre a realidade geográfica nacional)*. Lisboa: Academia da Marinha, 2010.
- STASZAK, Jean-François (dir.) – *Frontières en tous genres. Cloisonnement spatial et constructions identitaires*, 1.ª ed., Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2017.
- STEINMAYR, Andreas – *Contact matters: Exposure to refugees and voting for the far-right*, 1st ed., Munich: Working Paper, 2018.
- TAVARES, Gonçalo M. – *Biblioteca*, 1.ª ed., Lisboa: Campo das Letras, 2004.
- TAVARES, Gonçalo M. – *O senhor Walser e a floresta*, 1ª ed., Lisboa: Relógio d'Água, 2018.

TUMARKIN, Maria – *Traumascapes: The Power and Fate of Places Transformed by Tragedy*,
1st ed., Melbourne: University Publishing, 2005.

UNHCR – *The State of The World's Refugees 2000: Fifty Years of Humanitarian Action*, 1st ed.,
Oxford: Oxford University Press, 2000.

(Página deixada propositadamente em branco)